

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR (1912-1991)

LUIZ DE CASTRO FARIA
Museu Nacional, UFRJ

Manuel Diégues Júnior foi uma figura excepcional, não apenas pela quantidade de trabalhos publicados, mas também pelo caráter da sua produção. O último, talvez, dos polígrafos brasileiros, ele se formou em Direito no Recife, e cedo manifestou o seu propósito — estudar as formações sociais da sua terra natal, da sua região e do seu país. Na sua época concluir o curso de Direito só para um pequeno número de jovens representava compromisso com a profissão. O diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais era apenas um sinal de distinção, uma espécie de salvo-conduto, que o detentor só usaria quando fosse exigido pelos guardiães do saber autorizado, e para garantia dos privilégios de *formado*.

A trajetória de Diégues Júnior teve início no Recife, mas é no Rio de Janeiro que ela se desenvolve. Servidor público no sentido mais puro da expressão, desempenhou várias funções, ocupou diferentes cargos de direção e chefia, no IBGE, no Ministério da Agricultura, no Ministério da Educação, mas curiosamente não foi funcionário, no sentido legitimado pela burocracia, não fez carreira. Serviu quando o chamaram, e, quando dispensado, aguardava que o chamassem de novo.

Foi professor de Antropologia Cultural da PUC do Rio, Diretor de Programas do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, Diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1961-1974), e muito mais. Desempenhou sempre com desenvoltura, competência e notável serenidade todas as funções e todos os cargos que lhe entregaram. Não se deve esquecer que Diégues Júnior foi também jornalista militante, com colabora-

ção regular, durante muitos anos, em vários jornais, sobretudo do Rio de Janeiro.

A produção intelectual de Diégues Júnior tem a plasticidade e a indefinição, que constituiriam a marca do seu tempo. Conforme a visão do classificador e os títulos privilegiados na análise, poderá ser designada como *sociológica, etnográfica, antropológica*; ou de *folclore, história, demografia, geografia humana*. Essa pluralidade, de fato não pode ser descartada — ela é a marca de um tempo em que, para além dos limites dos saberes rigorosamente profissionais, no sentido das chamadas profissões liberais, com o seu exercício fiscalizado pelo Estado, todos os demais saberes tinham que ser construídos segundo cada plano individual de apropriação e uso das fontes de conhecimento — sobretudo as estrangeiras, com alto grau de consagração — pois eles não tinham sido ainda acolhidos pela academia. Assim, bacharéis em Direito, médicos e engenheiros tornaram-se autores de trabalhos de história, de sociologia, de antropologia, de economia, e certamente os primeiros professores daqueles que se qualificariam mais tarde como historiadores, sociólogos, antropólogos, economistas. Só as faculdades de filosofia (meados da década de 30 e início da de 40, e bem depois as ciências econômicas) formariam esses profissionais.

A identificação de Diégues Júnior com o grupo dos folcloristas deu-se bem cedo. No *1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife* (novembro de 1934), ainda estudante de Direito na famosa Faculdade desta capital (1931-1935), secretariou a sua *Comissão de Folclore*. No *2º Congresso Afro-Brasileiro* (Bahia, Salvador, 1937) já figura como autor de Comunicação original: "Danças negras do nordeste (notas e observações colhidas em Alagoas e Pernambuco)". Esse trabalho veio a ser publicado mais tarde no livro *O Negro no Brasil*, volume XX da *Biblioteca de Divulgação Científica*, dirigida por Arthur Ramos (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940; p. 295-302).

Foram várias e importantes as suas contribuições nesse domínio, e não tardou o reconhecimento dos seus méritos. Em 1949 foi designado membro da *Comissão Nacional de Folclore* (do IBICC), e a sua presença daí em diante obrigatória em todos os congressos regionais e nacionais realizados.

Um dos seus últimos estudos nesse campo — e quase certamente o mais denso e finamente elaborado — é o que teve como objeto os "Ciclos temáticos na literatura de cordel (tentativa de classificação e de interpreta-

ção dos temas usados pelos poetas populares)", publicado no Tomo I de *Literatura Popular em verso — Estudos* (edição da Fundação Casa de Rui Barbosa, MEC. Rio de Janeiro, 1973). Trabalho extenso, com mais de cento e cinquenta páginas, foi considerado "um estudo geral, que vale como introdução à literatura de cordel" (Tomo cit., Prefácio).

Fora do campo do folclore um dos seus primeiros trabalhos foi o que se poderia chamar de estudo de geografia humana das cidades, e publicado como apêndice do livro *Maceió*, de Craveiro Costa, publicado em 1939 pela José Olympio, com vinhetas de Santa Rosa. Deu-lhe o título de "Evolução urbana e social de Maceió no período republicano", e representou na época uma novidade em termos de perspectiva de análise. No momento em que produziu esse trabalho já se encontrava no Rio de Janeiro, como Assistente da Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instituição à qual esteve ligado por vários anos. Essa ligação representou uma fonte inesgotável de informações, que sabia usar com discernimento, e sempre enriquecidas com o saber histórico-social que ele próprio não cansou de acumular.

Com o livro *O Banguê das Alagoas — Traços de Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional*, que teve a sua primeira edição em 1980, pela EDUFAL, de Maceió, Diéguas recebe a consagração de Gilberto Freyre, que de início revela:

Manuel Diéguas Júnior foi do grupo de estudantes que, no Recife de 1933, 1934, 1935, reuniam-se comigo todas as tardes na Biblioteca Pública, para juntos examinarmos papéis e jornais velhos. Foi como alguns deles adquiriram o gosto pela pesquisa de biblioteca e de arquivo.

Gilberto Freyre qualifica *O Banguê das Alagoas* como ensaio "verdadeiramente excepcional pelo que junta de interpretação sociológica ao esforço honesto e paciente de reconstituição de largo trecho da história alagoana". Ao acentuar que Diéguas fez uso de "valioso material antropológico oferecido pelos anúncios de jornal de negros à venda e pretos fugidos", para falar dos escavos de engenho nas Alagoas, Gilberto procura marcar a sua influência em termos da descoberta e utilização de fontes documentais não valorizadas pela historiografia oficial. A sua avaliação é fortemente positiva:

O ensaio de Manuel Diégues Júnior, sólido como é na documentação que oferece sobre aspectos ignorados da história social das Alagoas, é também valioso pelas sugestões de que o autor anima esse rico documentário, pacientemente desentranhado por ele de velhas crônicas, de publicações antigas de até de mss. raros. É um ensaio que obriga o leitor a pensar; que provoca reações noutros estudiosos do assunto; que sugere novas pesquisas.

Gilberto Freyre lembra ainda que

Sua orientação — a de juntar a interpretação sociológica da história do Brasil agrário e patriarcal ao estudo das fontes regionais dessa história, abundantes em terras como as das Alagoas — sem ser a que merece a inteira aprovação dos ortodoxos da crônica histórica, parece a mais capaz de enriquecer o conhecimento do passado brasileiro de perspectivas largamente sociais.

Gilberto Freyre, enfim, reconhece em Diégues um seguidor da sua orientação e das suas práticas (v. Prefácio a *O Bangue* ..., datado de setembro de 1948).

É bom lembrar que a adesão explícita de Diégues ao gilbertianismo é revelada no texto "Gilberto Freyre e os valores rurais da civilização brasileira", escrito para o volume de exaltação do Mestre de Apipucos (*Gilberto Freyre — Sua Ciência, sua Filosofia, sua Arte*. Rio, José Olympio, 1962; p. 208-214). Diégues proclama que *Casa Grande & Senzala*

foi a fonte de onde surgiu uma série de estudos, de caráter regional, que vieram mostrar as diferenciações culturais de região e, por vezes de sub-região, no Brasil, sem prejuízo da persistência de um elemento comum a todas elas, a base rural de sua formação, uma atividade econômica centralizando-a, uma casa de família rural simbolizando-a.

Com o estudo sobre *O Engenho de Açúcar no Nordeste* (1952), o Serviço de informação Agrícola, do M.A., deu início ao plano de *Documentário da Vida Rural*, que além de monografias incluía filmagens e gravações. Nesse estudo Diégues faz uso do seu conhecimento histórico da região, mas torna-se já então evidente que o método etnográfico fazia parte da sua prática de investigação. Diz ele:

A maior parte... do que foi utilizado na elaboração deste trabalho resultou de pesquisas e observações pessoais e de informações proporcionadas por amigos. Neste último caso foi grandemente útil, para a descrição do trabalho da lavoura de cana e do fabrico do açúcar, a contribuição que me ofereceu o velho senhor de engenho das Alagoas, Messias de Gusmão, do "Castanha Grande", hoje fornecedor de cana.

Pela alta qualidade do texto, a farta documentação fotográfica, as ilustrações de Percy Lau e o resumo em inglês esse volume assegurou ao *Documentário da Vida Rural* uma receptividade que as publicações oficiais dificilmente alcançam. Diégues chegou a ser Diretor do Serviço de Informação Agrícola.

M. Diégues Júnior já era um autor consagrado quando foi realizada a I Reunião Brasileira de Antropologia, por iniciativa do Museu Nacional (Rio de Janeiro, 8-14 de novembro de 1953). Ele foi convidado a apresentar trabalho relativo á temática da aculturação e assimilação, limitada às populações de origem portuguesa e os imigrantes de várias origens. A sua exposição sobre o tema tornou-se mais tarde um dos volumes de pequeno formato da coleção *Os Cadernos de Cultura*, do MEC, dirigida por Simeão Leal. Recebeu o título de *Estudos de Relações de Cultura no Brasil* (1955), e oferece uma bibliografia numerosa e classificada por assuntos. É oportuno lembrar que bem mais tarde, por ocasião do *II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros* (Recife, 1968), tendo como colaboradora a filha Maria Madalena Diégues Quintela, voltou a oferecer valiosa contribuição do mesmo teor, mas limitada a uma única etnia: "Os alemães no Brasil — tentativa de estudo da bibliografia existente" (*II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*, Recife, 1974, p. 553-588).

O seu renome como estudioso do assunto estava ancorado no fato de que a primeira edição do seu livreto *Etnias e Culturas no Brasil* (MEC, 1952) tivera uma acolhida irrestrita. Com esse livro, que teve seis edições (de 1952 a 1977), sempre revistas e aumentadas — passa de 79 páginas na primeira a 208 na sexta — Diégues projetou-se nacionalmente. Os cursos universitários de antropologia e de sociologia o adotaram como uma espécie de compêndio da matéria, e o reconhecimento como especialista no assunto tornou-se patente, e a referência das suas publicações nesse campo, obrigatória.

Na terceira edição, "aumentada e revista" (Editora Letras e Artes, 1963), já aparece um capítulo sobre "A ocupação humana e a formação de

regiões culturais", equivalente a uma súmula do trabalho ao qual daria maior amplitude, para transformá-lo no livro *Regiões Culturais do Brasil*, que o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE-MEC-INEP) se empenhou em publicar.

Foi esse livro que mais contribuiu para firmar a reputação de Diéguas Júnior como autor erudito e com visão ampla e bem construída da formação histórico-social do Brasil, e não mais apenas de Alagoas e do Nordeste em geral. Elaborado com o recurso de uma bibliografia exaustiva e criteriosamente selecionada, que ele submete a uma classificação temática, numa clara demonstração do seu inteiro domínio, e de uma disciplina notável de trabalho, o livro de mais de quinhentas páginas passou a ser indicado como fonte de consulta obrigatória para quantos procurassem obter uma vista panorâmica da formação do Brasil. A orientação que imprimiu ao seu grande trabalho é claramente exposta:

Como ponto de partida, consideramos a região como um conjunto ecológico de pessoas, aproximadas pela unidade das relações especiais da população, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhe, em conjunto, um tipo de cultura que, criando modo de vida próprio, a difere de outras regiões. São portanto as regiões espaços territoriais definidos por certas características que dão unidade de idéias, de sentimentos, de estilos de vida, a um grupo populacional. Como tal é que vimos encarando o estudo regional do Brasil (p. 6-7).

Numa nota de pé-de-página indica as fontes que utilizou para lidar com as noções de *área cultural* e *área natural* propostas e empregadas com frequência em certa época, por antropólogos.

Não há lugar aqui para uma análise desse livro, e da sua importância como representação do Brasil, em termos de diferenciação regional e de unidade nacional, linhas mestras da sua construção.

Seria inteiramente impossível fazer aqui — tarefa mais difícil ainda — uma apreciação, mesmo sumária, da *obra* de M. Diéguas Júnior. Ela é ampla, multifária, complexa. Ao mencionar alguns dos seus livros e comentá-los quis apenas prestar uma homenagem ao companheiro de muitas jornadas. Diéguas foi uma pessoa tranqüila, de fácil convívio, sempre atencioso e prestativo.

Sem dúvida Diéguas Júnior faz parte hoje do panteão dos alagoanos que se tornaram autores nacionais, preservando a identidade natal. Espero

que em futuro próximo algum conterrâneo se ocupe da sua biografia. O professor Moacir Medeiros de Sant'Ana já fez um levantamento de *Dados Biobibliográficos*, que servirá de ponto de partida para um trabalho de reconstituição da sua trajetória intelectual, desde a vida de estudante em Maceió e no Recife, assim como para uma tentativa de identificação da sua "obra completa", inclusive a dispersa em jornais e revistas. Essa biografia seria um galardão póstumo, para quem em vida primou pelo desinteresse e a modéstia.